

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELO COMITÊ DE ACESSO À
JUSTIÇA**

1. Identificação da Reunião

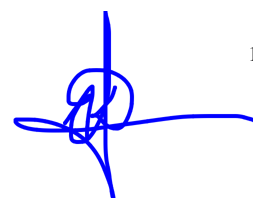
Data e Hora	Local	Coordenadora
27/09/2023 09h00	Videoconferência Plataforma Zoom	Erika Barbosa Gomes Cavalcante, Juíza de Direito

2. Pauta da Audiência

Assunto
<ul style="list-style-type: none">Ouvir pessoas que possam trazer para o comitê as principais dificuldades que encontram de acesso à justiça

3. Membros do Comitê de Acesso à Justiça

Nomes e cargo
<ul style="list-style-type: none">Erika Barbosa Gomes Cavalcante, Juíza de Direito;Lídia de Assis e Souza, Juíza Auxiliar da PresidênciaWander Soares Fonseca, Juiz de Direito;Roberta Nasser Leone, Juíza de Direito;André Rodrigues Nacagami, Juiz de Direito;Loyanne Verdussen de Almeida, Escrivã Judiciária I;Daiane Mendes Pereira Torres, Auxiliar Judiciária;Leonardo Pereira Martins, Assessor Jurídico de Desembargador;




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

- Julianne Brito Cardoso, Auxiliar Judiciária;
- Guilherme Feler de Paula Fraga, Assessor de Juiz de Direito;
- Elaine Cristina Abrantes dos Santos, Escrevente Judiciária I;
- Eunice Machado Nogueira, Coordenadora Administrativa da EJUG;
- Luana Corrêa Pedrosa, Assessora de Juiz de Direito;
- Marcelo de Jesus Rosa Pereira, Coordenador da Central Única de Contadores - CUC;
- Aline Leonardo, Assessora de Imprensa;
- Emerson Rodrigues de Oliveira, Analista Judiciário;
- Débora Dias Bastos; Secretária de Diretoria do Foro;
- Isabella Regina Serra Brito Mesquita, Analista Judiciária;
- Luciano Francisco de Oliveira, Assessor de Juiz de Direito.

4. Ata

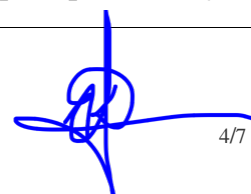
Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (27/09/2023), às 09h00min, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a primeira audiência pública pelo Comitê de Acesso à Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. **Presidiu a sessão** a juíza de direito Erika Barbosa Gomes Cavalcante, coordenadora do Comitê, **estando presentes os membros do comitê**, dentre estes a juíza de direito Roberta Nasser Leone e os juízes de direito André Rodrigues Nacagami e Wander Soares Fonseca, bem como as servidoras e servidores públicos, Daiane Mendes Pereira Torres, Leonardo Pereira Martins, Débora Dias Bastos, Luana Corrêa Pedrosa, Guilherme Feler de Paula Fraga, Aline Leonardo, Emerson Rodrigues de Oliveira, Wander Soares Fonseca, Marcelo de Jesus Rosa Pereira, Luciano Francisco de Oliveira e Isabella Regina Serra Brito Mesquita. Além dos membros do comitê, **convidados e representantes de diversas áreas da sociedade também participaram da audiência pública**, o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), juiz Leonys Lopes Campos da



2/7

Silva; a presidente da Comissão de Direito de Trânsito da OAB-GO, Eliane Nogueira da Silva; Tamara Gêssica Oliveira Cardoso, da Comissão Especial de Direito Processual Civil da OAB-GO; Thais Menezes, da Gerência da Diversidade Sexual (SEDS); Hillana Souza Amaral, da Gerência de Direitos Humanos da Superintendência de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS); Jeniffer Alvim, da Comissão de Ação Social e Cidadania; Silvana Lima, representando a Ouvidoria do TJGO; Pamela Morgana Dias Bueno, que representou a Gerência da Diversidade Sexual da SEDS; Glauciene Maia de Almeida Praxedes e Luciana de Almeida Martins Amaral, da Pastoral Carcerária; Daniela Faria Almada, da Comissão de Direito da Saúde OAB/GO; Luciana Prudente, representando a Associação de Paralisia Cerebral e Joviano Carneiro Neto, juiz de direito. **A Coordenadora abriu a audiência e inicialmente explicou** a todos os participantes que este Comitê faz parte da política de Direitos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, bem como salientou a atribuição que é promover o acesso à justiça a diversas áreas. Posteriormente, esclareceu sobre a intenção da audiência, que era promover a escuta da comunidade acerca das necessidades. Foi informado a todos sobre a publicação do Edital de chamamento que continha o *link* com formulário para preenchimento daqueles que gostariam de participar com a opção de fazer o uso de fala ou não, sendo destinado 10 (dez) minutos para cada inscrito, sendo que no momento da audiência também foi disponibilizado o mesmo link para caso algum participante ainda quisesse se inscrever. **Também foi exposto pela coordenadora aos participantes as propostas que foram aprovadas na reunião realizada pelo comitê no dia 31/07/2023, sendo estas:** a realização de um grupo de estudos que será desenvolvido em parceria com a EJUG, a delimitação de temas para serem trabalhados durante o ano, bem como a realização desta audiência pública. **Assim, após as considerações iniciais, passou-se a oitiva das pessoas inscritas, iniciando por Glauciene Maia de Almeida Praxedes,** que representou junto com Luciana de Almeida Martins Amaral, a Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Goiânia, que **trouxo como problemática a questão dos doentes dentro dos estabelecimentos prisionais,** destacando as doenças crônicas que os detentos são acometidos, como exemplo, portadores de diabetes,

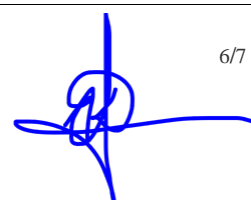
hipertensos, câncer, HIV e ainda aqueles que passaram por cirurgias e não tiveram uma boa recuperação. Sugeriu que a questão da saúde dentro dos presídios seja mais efetiva. Ressaltou que a maioria dos detentos são jovens e que esse fato demonstra a falta programas de ressocialização. Acentuou como sugestão para minimizar o problema das doenças, a reestruturação das Unidades Básicas de Saúde com insumos e mão de obras necessárias para o funcionamento. Seguindo com as explanações dos inscritos, **representando a Comissão Especial de Ação social e Cidadania da OAB-GO, Marcela Gomes de Caiado Castro fez uso da fala**, oportunidade em que parabenizou a iniciativa e todas as ações que estão sendo realizadas referente ao acesso à justiça e trouxe três pontos para serem discutidos a respeito do tema. **O primeiro ponto diz respeito à proposta ao Tribunal de Justiça de estender o “projeto Registre-se” aos asilos da cidade de Goiânia**, considerando a dificuldade de acesso à justiça por parte dos idosos visto que muitos não têm documentos pessoais. **O segundo ponto trazido se refere ao benefício da assistência judiciária**, apontando como dificuldade as formalidades exigidas para se obter o benefício. **O terceiro ponto tratou-se acerca das pessoas em situação de rua**, salientando mais uma vez a questão da falta de documentos e dificuldade de encaixar-se nos critérios para obtenção da gratuidade da justiça nas ações ingressadas. Posteriormente, **representando a Comissão de Direito de Trânsito, Eliane Nogueira da Silva reiterou as considerações trazidas referente à gratuidade da justiça** e ressaltou como óbice ao acesso à justiça o fato de terem pessoas que não conseguem comprovar documentalmente, bem como o fato de alguns juízes não imporem o parcelamento das custas. Em seguida, **a presidente da Associação Brasileira do Xeroderma Pigmentoso, Gleice Machado, destacou a necessidade do suporte da justiça para contribuir com toda a população**, enfatizou que a justiça não existe apenas para punir mas também para garantir direitos em várias situações e parabenizou as iniciativas do Comitê. **Após, a criadora do Movimento pela Educação Inclusiva, Jennifer Bianca Alvim Rodrigues, expôs o motivo da criação deste movimento**, que se deu em razão da aprovação de uma lei que retirava os professores de apoio para crianças



4/7

com necessidades especiais, como autistas, portadores de síndrome de Down, cegos e surdos. Destacou que muitas famílias têm procurado o Movimento relatando a falta de acesso à justiça para essas crianças, expondo que estão tendo dificuldade com o Ministério Público em receber as demandas relacionadas ao tema e também com a Secretaria Estadual de Educação em enviar os professores de apoio para as escolas inclusivas. **Em consonância com a fala de Jennifer, a promotora de justiça da cidade de Goiânia, Taís Caroline Pinto Teixeira Antunes**, deixou seu contato telefônico à disposição e explicou como é feito em Goiânia acerca do tema das crianças com necessidades especiais, explicando que possui Centros de Apoio que podem atuar nestas questões, sendo papel do Ministério Público agir nessas demandas. **Ainda acerca do tema trazido por Jennifer, o juiz de direito Joviano Carneiro Neto fez uso da fala e sugeriu buscar soluções/apoio diretamente ao Ministério da Educação**, sem esvair a importância das atribuições do Ministério Público e do Poder Judiciário. **Retornando à fala, a presidente da Comissão Especial de Ação social e Cidadania da OAB-GO, Marcela Gomes de Caiado Castro, relatou sobre as dificuldades enfrentadas em relação ao sistema PROJUDI**, sugeriu a migração do sistema e mencionou sobre o valor das custas do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. **Outra vez, Glauciene Maia de Almeida Praxedes, representando a Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Goiânia, salientou sobre a saúde mental e sobre a funcionalidade do Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator**. Finalizadas as falas dos inscritos, Daiane Mendes Pereira Torres, integrante do Comitê, registrou que as maiores necessidade partem da ausência dos serviços públicos e da ineficiência do Estado em prestar assistência. Posteriormente, **Guilherme Feler de Paula Fraga, integrante do Comitê, em sua fala destacou a ausência do Poder Executivo, considerando que a maioria das demandas passa por políticas públicas e que a presença do órgão proporcionaria uma construção dialógica**. Prosseguindo, ressaltou sobre o ponto levantado acerca da assistência judiciária, sugerindo uma nova jornada para tentar mais racionalidade, considerando as particularidades que cada juiz traz em estabelecer os critérios para deferir o benefício. Sugeriu ainda, a realização de um seminário para abordar o tema autismo e judicialização. **Retornado à**

fala, Jennifer Alvim apoiou a sugestão do seminário e ainda indicou que fosse realizado um treinamento com os professores de apoio para as crianças portadoras de necessidade em razão do aumento de violência nas escolas. **Ao final, a coordenadora do Comitê fez uma síntese**, trouxe algumas informações e falou sobre o que o Tribunal de Justiça pode fazer a respeito dos temas que foram discutidos. Em relação às doenças crônicas dentro dos presídios destacou a existência do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário que além de fiscalizar, também recebe as demandas, sendo que os juízes das varas de execução penal também exercem essa fiscalização. Acerca dos medicamentos, explanou que o SUS oferece boa parte e também há a assistência pelo Poder Judiciário, pela liberação de verbas da conta de prestação pecuniária, sendo que é feito o pedido pelo diretor da Unidade Prisional e posteriormente liberado pelo juiz da comarca. Em relação à proposta de extensão do projeto Registre-se, a coordenadora enfatizou que vem sendo realizado no Programa Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça alcançando pessoas que necessitam e destacou a importância de levar o projeto aos asilos como forma de atender minorias específicas. Quanto ao tema da assistência judiciária, apontou a viabilidade de realizar o seminário proposto pelo servidor Guilherme, em conjunto com a sociedade civil, a fim de ouvir a necessidade. No que se refere ao tema do autismo, a coordenadora mencionou acerca da comissão de acessibilidade também do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que tem como objetivo promover políticas públicas para essas pessoas portadoras de alguma deficiência. Deixou como reflexão para o comitê a possibilidade do poder judiciário levar sugestões à presidência no que se refere a levar a demanda das crianças que necessitam de professor de apoio ao MEC. **Após, Guilherme enfatizou sobre a existência do Núcleo de Justiça 4.0** implantado no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que atendem demandas específicas e que foram discutidas nesta audiência. Sugeriu a conscientização a fim de especializar as matérias. **Ao final, a coordenadora agradeceu as falas e a presença de todos.** Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 11 h, e eu, **Luana Corrêa Pedrosa**, Secretária do Comitê de Acesso à Justiça, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada digitalmente pela Coordenadora do comitê.




6/7

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

5. Arquivo Fotográfico




Erika Barbosa Gomes Cavalcante
Juíza de Direito e Coordenadora do Comitê de Acesso à Justiça